COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438, DE 1996

“Acrescenta parágrafo único ao art. 122 da Constituição Federal.”

Autor: Deputado Gonzaga Patriota e outros

Relatora: Deputada Juíza Denise Frossard

I - RELATÓRIO

A proposta de emenda à Constituição em epígrafe altera o art. 122 da Constituição Federal para atribuir aos juízes militares instituídos por lei os mesmos deveres e direitos dos juízes federais de primeira entrância.

Justificando sua iniciativa, o Deputado Gonzaga Patriota, primeiro subscritor da proposição, aduz que no regime em vigor são atribuídos aos juízes militares uma série de deveres normalmente impostos aos magistrados de primeiro grau, sem que haja, no entanto, “qualquer equiparação com os direitos destes últimos”. A proposta, prossegue, viria a corrigir essa distorção.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 202, *caput*, do Regimento Interno, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de redação pronunciar-se quanto à admissibilidade da proposta.

A proposta veio ancorada em número suficiente de assinaturas, não estando em vigor intervenção federal, estado de sítio ou estado de defesa, limitações circunstanciais que impedem a reforma da Carta Política.

Contudo, a proposta não pode prosperar já que, mesmo no exercício da competência reformadora, o Congresso Nacional não perde o caráter de Poder Constituído, razão pela qual lhe é defeso interferir na estrutura e no funcionamento dos demais Poderes, concedendo ou retirando direitos. A proposta fere frontalmente o princípio da separação dos Poderes insculpido no artigo 2º, e colocado a salvo de emenda constitucional pelo inciso III, do § 4º, do artigo 60, todos da Constituição Federal.

Destarte, sou pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 1996.

É como voto.

Sala da Comissão, em 25 de setembro de 2003.

Deputada JUÍZA DENISE FROSSARD
Relatora